

CAPÍTULO XXII

A Remuneração dos Agentes de Produção e a Distribuição da Renda

A distribuição da renda, entre salários, ordenados e lucros depende do estoque de capital, do número de trabalhadores, tecnoburocratas e capitalistas e das respectivas taxas de salários, ordenados e lucros.

Definiremos como

$$w = \frac{\bar{W}}{L_w}, \text{ a taxa de salários}$$

$$o = \frac{O}{L_o}, \text{ a taxa de ordenados}$$

$$r = \frac{R}{K}, \text{ a taxa de lucros}$$

$$m = \frac{R}{Y}, \text{ margem de lucro}$$

$$\sigma = \frac{Y}{K}, \text{ relação produto-capital}$$

$$e = \frac{E}{K}, \text{ taxa de excedente}$$

$$d = \frac{O + R}{W}, \text{ taxa de concentração da renda}$$

em que

L = nível de emprego

K = estoque de capital

E = excedente

A Taxa de Salários e de Ordenados

A taxa de salários, w , pode variar a curto prazo, em função das variações na procura de trabalhadores (que depende basicamente da taxa de acumulação de capital, $\frac{\Delta K}{Y}$). No momento em que a acumulação capita-

lista cresce extraordinariamente os salários tendem a aumentar, à medida que as fricções existentes no mercado de trabalho, a distribuição geográfica dos trabalhadores, suas diversas especialidades e o grau de marginalização de suas ocupações impedem um imediato afluxo ao mercado de trabalho do número de trabalhadores procurados. A longo prazo, porém, dada a oferta abundante de mão-de-obra subempregada, a taxa de salários tende a permanecer ao nível de subsistência.

A taxa de salários do setor moderno, w_M , tende a ser superior à do setor tradicional, w_D . Esta diferença reflete o custo de reprodução da mão-de-obra mais alto no setor moderno. De um modo geral podemos afirmar que o custo da reprodução da mão-de-obra aumenta com o nível de especialização da mesma. Quanto mais especializado for o trabalhador maiores terão sido os custos para o seu treinamento e maior será o custo de reprodução da mão-de-obra. A urbanização também tende a aumentar o custo de reprodução. As diferenças salariais entre os trabalhadores refletem basicamente essas diferenças no custo da reprodução da mão-de-obra, acrescida da tendência à escassez de operários especializados. Para estes a relação favorável entre a procura e a oferta tende a elevar os níveis salariais, os quais, entretanto, tendem a conservar como base de referência o salário dos trabalhadores não-especializados, o qual é definido estritamente pelo nível de subsistência.

Admitindo-se que o número de trabalhadores especializados tende a crescer e a transferir-se para o setor moderno à medida que a renda cresce, deveríamos afirmar que a taxa de salários tem uma tendência crescente a longo prazo, ainda que os salários sejam basicamente mantidos ao

nível do custo da reprodução da mão-de-obra. Este crescimento, entre tanto, é suficientemente pequeno e substancialmente inferior à taxa de crescimento da produtividade para que possamos considerar, a título de simplificação do modelo, a taxa de salários como constante.

A taxa de salários, de acordo com este modelo, não é determinada pela produtividade marginal dos trabalhadores. A procura de trabalhadores está frouxamente relacionada com a produtividade marginal dos mesmos, dada a dificuldade em medir essa produtividade marginal e a ampla área cinzenta em que salário e produtividade marginal se aproximam. Dada a oferta ilimitada de trabalhadores, porém, o que realmente determina a taxa de salários é o custo social de reprodução da mão-de-obra. Esta situação poderia ser modificada, caso o poder de barganha dos trabalhadores fosse expressivo. Entretanto, nos países periféricos, salvo raras exceções, a oferta ilimitada de mão-de-obra e o caráter autoritário dos governos impedem qualquer organização sindical efetiva.

Enquanto a taxa de salários é constante, a taxa de ordenados, o, recebida pelos tecnoburocratas, é crescente e representa a média de uma escala muito ampla de níveis de ordenados dos diversos escalões tecnoburocráticos.⁸⁴

Em princípio, a oferta e a procura de tecnoburocratas determinaria o nível de ordenados dos diversos tipos de especialistas. Na verdade, porém, tanto a oferta quanto a procura dos mesmos é extremamente imprecisa, na medida em que são trabalhadores improdutivos. Não existe uma relação direta entre tecnoburocratas empregados e produção. O número de níveis hierárquicos e a amplitude de controle⁸⁵ existente nas empresas determinariam o número de administradores de linha necessários. Há indicações, todavia, de que tanto os níveis hierárquicos se multiplicam como a amplitude de controle se reduz nas organizações não em função das necessidades da produção, mas da necessidade de controle

⁸⁴ Em relação ao caso brasileiro Eduardo Matarazzo Suplicy fez uma série de pesquisas onde se demonstra que a taxa de salários, quando são englobados também os ordenados, revela uma tendência crescente, embora consideravelmente inferior à da produtividade (1974 e 1975). Entretanto, quando separou salários de ordenados, o caráter crescente dos primeiros quase desaparece enquanto que a tendência fortemente crescente dos ordenados aparece marcante (1976). Resultados semelhantes foram encontrados por Bacha (1974) e por Domingo Zurrón (1976).

⁸⁵ Entendemos por amplitude de controle o número médio de subordinados de um administrador.

social dos trabalhadores.⁸⁶ O número de técnicos e assessores, também, não tem nenhuma relação direta com a produção. Nesses termos, a procura de tecnoburocratas não pode ser determinada claramente em função do nível de renda ou de acumulação de capital. Existe, contudo, uma ideologia tecnoburocrática afirmando a “grande importância para as empresas e organizações de um número sempre maior de administradores, assessores e especialistas”. Nestes termos, a procura de tecnoburocratas é sempre “grande”. Por outro lado, os tecnoburocratas são também, e por definição, sempre “escassos” em relação a essa grande procura. Assim, ideologia e economia se misturam para elevar a taxa de ordenados dos tecnoburocratas.

A taxa de ordenados dos tecnoburocratas, entretanto, não tende a ser crescente apenas devido à procura artificialmente criada pela ideologia tecnoburocrática. O setor moderno é caracterizado por um número crescente de grandes organizações burocráticas. Ora, quanto maiores forem as organizações burocráticas, maior será a necessidade real de tecnoburocratas. A demanda de tecnoburocratas neste modelo tende a crescer mais do que proporcionalmente ao crescimento da renda ou da acumulação de capital, na medida em que crescem e se multiplicam as organizações burocráticas, seja ao nível do Estado, seja no setor privado.

Finalmente, a taxa de ordenados tende a ser crescente devido ao poder de barganha muito elevado de que dispõem os tecnoburocratas no modelo de subdesenvolvimento industrializado. Em muitos casos, mais do que o poder de barganha, trata-se do poder de que dispõem os tecnoburocratas de decidir eles próprios seus ordenados. No setor público este fato é evidente. À medida que eles controlam de forma cada vez mais autônoma o aparelho estatal, eles têm condições crescentes de aumentar seus próprios ordenados diretos ou indiretos.⁸⁷ No setor privado, este

⁸⁶ Segundo Gintis (1971, pp. 15 a 19), “experiências recentes em controle de trabalhadores e investigações em psicologia industrial social mostravam muito conclusivamente que a ordem burocrática não é eficiente sob o ponto de vista de minimização de custos, desempenho dos operários e satisfação no trabalho... Tarefas burocratizadas e rotinizadas não derivam da natureza da ‘tecnologia’, mas das necessidades do controle centralizado... Portanto, eficiência, em sentido amplo, é subordinada às necessidades do controle burocrático”

⁸⁷ Ordenados indiretos são geralmente recebidos sob forma não-monetária (*fringe benefits*). Serão tão mais importantes quanto mais elevados forem os ordenados. Por outro lado, são especialmente significativos no setor público, onde uma parte considerável dos ordenados é recebida indiretamente. No setor privado os benefí-

fenômeno pode ser menos evidente, mas também é significativo. A decisão de aumentar ordenados é sempre tomada individualmente. Decide-se caso a caso e não coletivamente, como acontece com os salários dos trabalhadores. E quem decide é geralmente um tecnoburocrata, cuja subordinação ao proprietário capitalista nem sempre é direta. Dessa forma, mesmo nas empresas privadas, embora o processo de separação entre a propriedade e o controle das empresas esteja muito menos avançado do que nos países centrais, o poder dos tecnoburocratas de determinar seus próprios ordenados já é grande.

A taxa de ordenados e a tendência crescente da mesma é assim determinada pela relação entre a oferta e a procura real por tecnoburocratas, pela procura ideologicamente criada pelos próprios tecnoburocratas e por seu poder crescente de determinar os ordenados que irão receber.

Esta taxa de ordenados representa, entretanto, uma média dos ordenados de tecnoburocratas dos mais variados níveis. Consideramos tecnoburocratas desde modestos chefes de escritórios e técnicos de nível médio até aos altos dirigentes do Governo e os diretores profissionais das empresas públicas e privadas. Apenas os funcionários burocráticos não-especializados ou semi-especializados podem ser considerados trabalhadores recebendo salários. Como diferenças de ordenado entre os altos, médios e baixos tecnoburocratas não podem ser estabelecidas em função de sua produtividade, dada a impossibilidade de medi-la, o único critério para estabelecer essas diferenças é a posição hierárquica. As organizações burocráticas onde operam os tecnoburocratas estão sempre hierarquicamente organizadas. A hierarquia é não só um princípio de organização através do qual se definem linhas de autoridade, mas também uma forma de atribuição de *status* e remuneração dos tecnoburocratas. A carreira do tecnoburocrata segue as etapas estabelecidas no sistema hierárquico de cada organização. Nestes termos, Bacha observa com precisão que “o fator fundamental na determinação da estrutura de salários (dos gerentes) corresponderá à posição na escala hierárquica e não na qualificação individual” (1974, p. 154). O ordenado só será proporcional à qualificação de cada um na medida em que os níveis hierárquicos estiverem diretamente relacionados com essa variável. Ora, nada mais aleatório e discutível do que pretender estabelecer uma clara correlação entre níveis de car-

cios indiretos são uma forma de evadir impostos; no setor público são, além disso, uma forma política de pagamento que disfarça os desníveis enormes entre os ordenados mais altos e os salários mais baixos.

reira e qualificação pessoal ou contribuição para a produção de tecnoburocratas.

Bacha, entretanto, é menos preciso quando nesse mesmo trabalho propõe que “a remuneração gerencial evolui segundo o lucro das empresas” (p. 152). Bacha parte nesse trabalho de um pressuposto correto segundo o qual “a evolução da remuneração gerencial independe do curso dos salários dos trabalhadores” (p. 151). Em outras palavras, devemos distinguir com clareza salários de ordenados. Os princípios que regem salários e ordenados são diversos.

A partir daí, entretanto, Bacha passou a solidarizar indissolavelmente ordenados e lucros. Ora, embora o modelo de subdesenvolvimento industrializado pressuponha um pacto político entre capitalistas e tecnoburocratas, o qual se baseia em interesses econômicos comuns, não é aceitável estabelecer uma dependência direta entre lucros e ordenados. É preciso, em primeiro lugar, fazer uma distinção entre taxa de ordenados ou ordenado médio e o total de ordenados. Só os ordenados dos executivos das grandes empresas capitalistas dependem, ainda que não diretamente, dos lucros de suas respectivas empresas. Sob várias formas eles geralmente têm incluída em sua remuneração uma porcentagem sobre os lucros. Já os ordenados dos tecnoburocratas de nível médio e inferior nas empresas privadas e os ordenados de todos os tecnoburocratas públicos geralmente não estão relacionados com os lucros. Os ordenados da grande maioria dos tecnoburocratas não estão baseados em comissões ou porcentagem sobre o lucro ou mesmo sobre as vendas.

A relação entre a taxa de ordenados, σ , e os lucros, R , portanto, é muito indireta e tênue. Mais significativa é a relação entre o total dos ordenados, O , e os lucros. Realmente é muito provável que em um sistema em que capitalistas e tecnoburocratas estão associados, O e R tendam a variar na mesma direção. Isto não significa, porém, que os ordenados dependam dos lucros. O que ambos têm realmente em comum é o fato de as duas formas de remuneração dividirem o excedente econômico. Os trabalhadores recebem seus salários de acordo com o custo da reprodução da mão-de-obra. A renda excedente é dividida entre tecnoburocratas e capitalistas na forma de ordenados e lucros. Quando cresce a produtividade, aumenta o excedente. Em um modelo concentrador de renda como este aumentam conseqüentemente ordenados e lucros, enquanto o total de salários cresce apenas vegetativamente.

Ao aumentarem os lucros e os ordenados totais, surge a impressão de dependência. A relação de causa e efeito, entretanto, é falaciosa. É o aumento do excedente que permite o crescimento concomitante dos dois totais: ordenados e lucros.

Aumentar o excedente aumenta a procura real por tecnoburocratas. Um excedente maior vem acompanhado de um número crescente de organizações burocráticas com dimensões cada vez maiores. Ora, o emprego de tecnoburocratas, L_0 , depende diretamente do número e dimensão das organizações burocráticas. O aumento da procura de tecnoburocratas, por sua vez, tende a contribuir para o aumento da taxa de ordenados, o . Dado que

$$O = oL_0$$

verificamos que, ao aumentar o excedente, O , cresce tanto pelo aumento da taxa de ordenados como pelo aumento do emprego de tecnoburocratas.

Ao mesmo tempo os lucros deverão também estar crescendo. Mas estarão crescendo independentemente. Poderão, em certos momentos, inclusive, crescer conflitantemente na medida em que o acordo entre tecnoburocratas e capitalistas sobre a divisão do excedente não esteja funcionando. Conflitos dessa natureza tenderão a ocorrer especialmente nos momentos em que uma recessão econômica reduzir ou paralisar o crescimento do excedente. Nesse momento os conflitos sobre a divisão de excedente tenderão a generalizar-se, produzindo uma crise política.

Independentemente desses conflitos, porém, a independência dos ordenados em relação aos lucros pode também ser demonstrada na medida em que verificamos que, a longo prazo, os ordenados tendem a crescer mais que os lucros neste tipo de modelo. Em qualquer hipótese, porém, não devemos perder de vista sua mútua dependência em relação ao excedente e à manutenção dos salários dos trabalhadores ao nível de subsistência. É essa mútua dependência que garante a associação de interesses entre tecnoburocratas e capitalistas no modelo de subdesenvolvimento industrializado. Enquanto existir um terceiro grupo que poderá ser excluído dos aumentos de produtividade, não haverá razão estrutural para que os dois grupos dominantes entrem em conflito. Nestes termos, ainda que basicamente independentes, e como veremos a seguir, com taxas diferentes de crescimento a longo prazo, tanto os ordenados como a taxa de ordenados e os lucros tendem a crescer neste modelo.

A Taxa de Lucros

Nossa análise sobre a participação dos ordenados na renda só poderá completar-se se examinarmos antes a participação dos lucros e a taxa de lucros.

Em relação à taxa de lucros, temos duas hipóteses básicas. Em primeiro lugar a taxa de lucros do setor moderno, r_M , é superior à taxa de lucro do setor tradicional, r_D . Esta diferença de taxa de lucros reflete de um lado o maior grau de monopólio existente no setor moderno, e de outro o maior dinamismo desse setor. A primeira causa apontada (grau de monopólio) é óbvia, mas a segunda não é. Poderíamos imaginar inversamente que é a maior taxa de lucro que determina o maior dinamismo das empresas do setor. Entendemos, todavia, que sob esse aspecto não existe uma relação unívoca de causa e efeito, mas uma relação circular, que só pode ser esclarecida em função de nossa segunda hipótese sobre a taxa de lucros no modelo que estamos examinando.

De acordo com essa segunda hipótese, a taxa de lucros nos sistemas tecnoburocrático-capitalistas é o resultado relativamente planejado de um "acordo" entre tecnoburocratas e capitalistas. A taxa de lucros, do ponto de vista dos tecnoburocratas, que controlam o Governo, os órgãos de controle de preços e de política econômica, tem como função maximizar a taxa de desenvolvimento. A taxa geral de lucros "autorizada" deve ser portanto suficiente para estimular a rápida acumulação de capital. Nos setores que a política econômica privilegia como mais dinâmicos deve-se, portanto, aceitar uma taxa de lucros mais alta, não apenas estimulando mais o investimento nessa área, mas também possibilitando que a expansão se realize mais facilmente através do autofinanciamento ou reaplicação de lucros retidos.

O poder do Estado nacional tecnoburocrático-capitalista para presidir e pôr em execução esse acordo é indiscutível. Seu domínio sobre a economia é muito grande. Ele controla preços e salários administrativamente, manipula a taxa de juros e a taxa de câmbio, tem à sua disposição a política fiscal e monetária e todo o complexo sistema de planejamento do Estado. Além disso, sua capacidade de efetivar suas políticas é grande à medida que o Estado nacional tecnoburocrático-capitalista é responsável diretamente por uma grande parte da renda e por mais de cinquenta por cento do investimento realizado anualmente. Além disso, o sistema financeiro a longo prazo é por ele diretamente controlado.

Isto não significa, naturalmente, que a taxa de lucros possa ser manipulada livremente pela tecnoburocracia estatal. Os capitalistas têm um poder próprio que é pelo menos tão grande quanto o dos tecnoburocratas neste tipo de formação social mista. A taxa de lucros, portanto, é determinada mediante um "acordo". Além disso, os instrumentos de controle dos tecnoburocratas não são tão fortes ao ponto de permitir uma definição precisa dessa taxa. A mesma variará, portanto, de empresa para em-

presa, de setor para setor, em função também do grau de monopólio já referido e das condições conjunturais do mercado. O ciclo econômico, que absolutamente não é abolido nesse sistema, apesar da ideologia tecnoburocrática que freqüentemente sugere que tal fato teria acontecido depois do aparecimento da teoria de Keynes e das técnicas de política e planejamento econômico, vai naturalmente continuar a influenciar a taxa de lucros.

Na medida em que, porém, admitamos, a longo prazo, e descontadas as variações conjunturais, que a taxa de lucros do sistema é “planejada” ao invés de ser a taxa de lucros máxima que o mercado permitiria, e que esta taxa de lucros planejada tende a ser relativamente constante,⁸⁸ temos uma medida da participação dos lucros na renda.

A Distribuição da Renda

Temos que $r = \frac{R}{K}$ é constante. Por outro lado, se admitirmos o pressuposto de que a relação produto-capital, $\sigma = \frac{Y}{K}$, também é constante

(pressuposto simplificador 3, Cap. III), temos que a margem de lucros sobre a renda, $m = \frac{R}{Y}$, que determina a participação dos lucros na renda,

tem uma relação direta e proporcional com a taxa de lucros sobre o capital, $r = \frac{R}{K}$.

se $\frac{Y}{K}$

temos que $\frac{R}{K} :: \frac{R}{Y}$

O volume global dos lucros e a participação na renda ou margem de lucro, $\frac{R}{Y}$, é, portanto, planejada, tendo a longo prazo uma tendência a ser constante.

⁸⁸ A hipótese de que as taxas de salários e de lucros são constantes será consistente com o modelo apenas se considerarmos o setor moderno e o tradicional isoladamente. Considerados em conjunto, dadas taxas maiores de lucros e salários e maior dinamismo no primeiro, tanto a taxa global de salários quanto a de lucros tenderão a ser ligeiramente crescentes. O funcionamento básico do modelo, entretanto, permanecerá o mesmo. Devo esta observação a Celso Furtado.

O volume global de salários, W , depende do número de trabalhadores e do custo de reprodução da mão-de-obra, $\bar{w}L$, dada a oferta ilimitada de trabalhadores.

$$W = \bar{w}L$$

Sendo a taxa de salários constante e a relação global $\frac{Y}{L}$ (renda per capita) crescente, a participação dos trabalhadores na renda, $\frac{W}{Y}$, é necessariamente declinante:

$$\text{se } \frac{Y}{L} \nearrow, \quad \bar{w}L = W$$

$$\text{temos que } \frac{W}{Y} \searrow$$

Temos, assim, os elementos essenciais para formular uma hipótese básica sobre a participação dos tecnoburocratas na renda, $\frac{O}{Y}$, e sobre a taxa de ordenados, $\frac{O}{L}$. Na medida em que a renda é igual à soma de

lucros, salários e ordenados, e dado que a participação dos lucros na renda é constante a longo prazo, e a participação dos salários declinante, a participação dos ordenados deve ser crescente. Os ordenados devem crescer mais que proporcionalmente ao aumento da renda.⁸⁹

$$W + O + R = Y$$

$$\frac{W}{Y} \searrow; \frac{R}{Y} \nearrow$$

⁸⁹ Paul Singer, examinando os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao 4º trimestre de 1972, verificou que os indivíduos no Brasil que recebem renda superior a 10 salários mínimos constituem 3,2% da população. Destes, 51,9% são assalariados (recebem ordenados de acordo com a terminologia que adotamos). Com base nestes e nos demais dados de seu levantamento, Paul Singer conclui: "Com o desaparecimento paulatino do empregador-proprietário das áreas mais avançadas da economia, seu lugar está sendo progressivamente ocupado pelo gerente assalariado não só na estrutura produtiva mas também na pirâmide de distribuição de renda" (1975, p. 12).

Logo,

$$\frac{O}{Y}$$

Observe-se que esta hipótese da participação constante dos lucros na renda $\frac{R}{Y}$ pode parecer surpreendente. À medida, porém, que a taxa

de acumulação do setor privado também não está aumentando, ela é perfeitamente aceitável. Esta hipótese depende não apenas da constância da taxa de lucro, r , mas também da constância da relação produto-capital, ou seja, da pressuposição de um desenvolvimento tecnológico neutro, nos termos do modelo Harrod-Domar. Estas hipóteses parecem-nos também perfeitamente aceitáveis. Entretanto, é preciso esclarecer que em fases de grande prosperidade a participação dos capitalistas na renda deve também aumentar, à medida que aumentam as margens de lucro. Apenas não nos parece razoável a hipótese de um aumento constante da margem de lucro. A longo prazo a hipótese da sua estabilidade nos parece mais condizente com as características do modelo que estamos analisando.

A participação dos trabalhadores na renda é declinante por duas razões: porque a taxa de salários, w , é constante, e porque a taxa de crescimento da população de trabalhadores,

$\frac{\Delta L_w}{L_w}$, é menor do que a taxa

de crescimento da renda, $\frac{\Delta Y}{Y}$.

A participação dos tecnoburocratas na renda é crescente, não apenas por uma necessidade lógica, já que a participação dos capitalistas é constante e a dos trabalhadores, declinante. Há que considerar que a taxa de ordenados é crescente e o número de tecnoburocratas também é crescente. É difícil estabelecer a taxa provável de crescimento dos tecnoburocratas, mas é razoável admitir que ela seja maior do que a taxa de crescimento da população, na medida em que ao crescimento demográfico da própria camada tecnoburocrática deve-se somar a ascensão de certa porcentagem de trabalhadores, especialmente de filhos de trabalhadores, ao estrato tecnoburocrático. O modelo admite, portanto, uma pequena mobilidade social através da qual trabalhadores vão sendo absorvidos pela camada tecnoburocrática, na medida das necessidades do sistema. Este aumento do número de tecnoburocratas somado à tendência crescente da taxa de ordenados leva a um rápido aumento do volume

total de ordenados e a uma participação crescente dos ordenados na renda.

Neste modelo o volume total de ordenados será tanto maior quanto mais rápido for o crescimento da renda total. De fato, o total de salários é dado pela taxa constante de salários e pelo crescimento do emprego de trabalhadores, o qual tende a ser necessariamente menor do que o crescimento da renda, dado o pressuposto de que a produtividade está aumentando. O total dos lucros também é dado pela taxa constante de lucros e pelo estoque de capital, o qual se pressupõe crescer à mesma taxa de crescimento da renda. Nestes termos, apenas o total dos ordenados, *O*, tem liberdade para crescer mais do que a taxa de crescimento da renda. Ao crescer a renda, cresce também o excedente, e, em consequência, crescerão mais que proporcionalmente a taxa de ordenados e o número de tecnoburocratas. E com isso o total de ordenados crescerá mais do que proporcionalmente em relação à renda.⁹⁰

Capitalistas e tecnoburocratas são, neste modelo, sócios do desenvolvimento, ao se apropriarem e dividirem o excedente. Aos primeiros, o aumento da renda permite maiores lucros e continua a acumulação de capital. Os tecnoburocratas, por sua vez, verão sua taxa de ordenados e sua participação na renda crescerem tanto mais depressa quanto maior for o ritmo de crescimento do produto. Nestes termos, os tecnoburocratas são ainda mais interessados do que os próprios capitalistas na obtenção de taxas elevadas de crescimento da renda. Não é de estranhar, portanto, que sua ideologia esteja marcada fundamentalmente pelo desenvolvimento.⁹¹

⁹⁰ Em uma primeira versão deste trabalho considerei o volume total residual de ordenados mas não esclareci adequadamente este caráter residual. Isto deu motivo a um comentário muito justificado de Francisco Oliveira, segundo o qual fica contraditório considerar os ordenados resíduo e ao mesmo tempo o elemento dinamizador do sistema através da demanda de bens de consumo de luxo. O caráter "residual" dos ordenados deve ser entendido não em termos passivos, mas dentro da perspectiva de que, dadas certas condicionantes que definem os lucros e os salários, os tecnoburocratas têm condições de se apropriar de todo o restante, o qual será tanto maior quanto maior for a renda. Por isso pareceu-me mais correto eliminar a idéia de resíduo em relação aos ordenados.

⁹¹ Sobre a ideologia tecnoburocrática e sua ênfase na tese do fim da ideologia, ao mesmo tempo em que afirma como valores positivos o desenvolvimentismo, a eficiência e a segurança, subordinando todos os demais valores, inclusive a liberdade, a justiça e a igualdade de oportunidades à realização prévia do desenvolvimento, ver Luiz C. Bresser Pereira (1968, Parte I, Cap. VII).

Concentração da Renda e do Excedente

No nosso modelo, todo o excedente, ou seja, toda a produção que excede ao consumo necessário, é apropriado pelos tecnoburocratas e pelos capitalistas. Na medida em que os capitalistas não consomem bens básicos, e desprezando-se o consumo de bens básicos pelos tecnoburocratas, O' , temos o seguinte conceito de excedente:

$$E = O + R \quad (16)$$

Vimos que a taxa de lucros é constante. Entretanto, como a participação dos ordenados na renda, $\frac{O}{Y}$, é crescente e como a taxa de crescimento dos ordenados, $\frac{\Delta O}{O}$, tende a ser maior que a taxa de crescimento do estoque de capital, $\frac{\Delta K}{K}$, a taxa de excedente, $\frac{E}{K}$, é crescente.

$$\frac{\vec{R}}{K} :: \frac{\vec{R}}{Y}$$

$$\frac{O}{Y} ; \frac{O}{K}$$

Logo,

$$\frac{E}{K}$$

Da mesma forma, a taxa de concentração da renda, $\frac{E}{W}$, tende a ser crescente

$$\text{se } \frac{O}{Y} ; \frac{\vec{R}}{Y} ; \frac{W}{Y}$$

Logo,

$$\frac{O + R}{W} \text{ ou } \frac{E}{W}$$

À medida que o excedente é empregado no consumo de bens de luxo e em investimentos, e que estes são produzidos pelo setor moderno e dinâmico da economia, esta concentração de renda e essa elevação da taxa de excedente são perfeitamente coerentes com o modelo que estamos analisando. Na verdade,

$$E = C_V + I \quad (17)$$

$$M = V + J \quad (18)$$

Logo, o setor moderno encarrega-se da produção do excedente, dada a hipótese de igualdade entre a oferta e a procura dos diversos tipos de bens.

$$E = M \quad (19)$$

Em contrapartida, temos que o setor tradicional encarrega-se da produção de bens básicos, B, a qual, desprezado O', é igual aos salários.

$$D = B = W \quad (20)$$

À medida que a renda cresce, o consumo de bens de luxo e os investimentos crescem mais do que proporcionalmente. O setor moderno é, portanto, mais dinâmico que o setor tradicional, e a tendência à concentração da renda está solidamente estabelecida no modelo.

$$\frac{V + J}{B} ; \frac{M}{D} = \frac{E}{W} \quad (21)$$

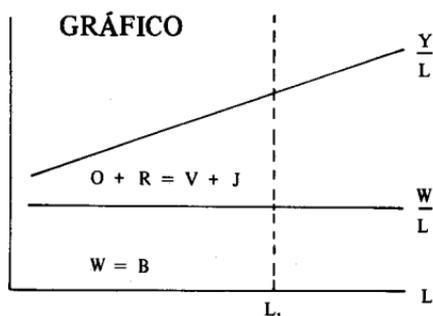
O limite desta tendência está no desaparecimento da oferta ilimitada de mão-de-obra e no aumento do poder de barganha dos trabalhadores. À medida, porém, que tecnologia empregada no setor moderno, onde grande parte da acumulação de capital ocorre, é altamente capital-intensiva e que a taxa de crescimento da população na classe trabalhadora tende a permanecer elevada, a eliminação da oferta ilimitada de mão-de-obra tende a distanciar-se no tempo. A eventual permanência de taxas de crescimento da renda muito elevadas, porém, poderá determinar certo apressamento desse processo.

Apresentação Gráfica

Deixando de lado a distinção entre setor moderno e setor tradicional e aceito o pressuposto de que o excedente é igual aos lucros mais os ordenados, podemos definir a taxa de excedente como sendo igual ao total de excedente por trabalhador, E/L .

Em nosso modelo, em condições de equilíbrio, tanto a taxa de excedente quanto a taxa de concentração de renda E/W , são crescentes. Este fenômeno pode ser observado no Gráfico 1, no qual colocamos, no eixo das ordenadas, a taxa de produtividade, Y/L , e a taxa de salários, W/L . No eixo das abscissas colocamos o total de trabalhadores empregados. Verifica-se por este gráfico o caráter claramente crescente da taxa de excedente e da taxa de concentração de renda.

$$\frac{Y}{L}, \quad \frac{W}{L}$$



De acordo com a análise anterior, a curva do salário médio é constante, enquanto que a taxa de produtividade, que corresponde aproximadamente à renda por habitante, é crescente. A inclinação da taxa de excedente é a mesma da taxa de produtividade.

Este gráfico permite-nos ainda visualizar um pouco melhor a compatibilização entre a demanda agregada e o processo de concentração de renda. Para que isto ocorra, já vimos que é necessário, em um modelo fechado, que o excedente, ou seja, os lucros mais os ordenados, seja igual à produção de bens de consumo de luxo mais a produção de bens de capital, enquanto que os salários devem ser iguais à produção de bens de consumo dos trabalhadores.

$$O + R = V + J$$

$$W = B$$

No gráfico, se o emprego for igual a L_1 , as áreas sob as duas curvas serão respectivamente iguais ao total de excedente e ao total de salários.

Fica mais claro pelo gráfico que o sistema econômico não tenderá para uma crise de realização à medida que o setor dinâmico da economia, onde estão sendo realizados os grandes investimentos, é também o setor onde estão os ordenados dos tecnoburocratas. Neste modelo os investimentos privados são principalmente uma das funções dos lucros dos capitalistas enquanto que o consumo de bens de luxo é principalmente uma função dos ordenados. Os grandes investimentos realizados acabam por aumentar a produção de bens de consumo de luxo, cuja demanda é garantida por ordenados crescentes. Enquanto isso a produção de bens de consumo simples, no modelo fechado, cresce à mesma taxa do volume de emprego ou da população, ou seja, na mesma proporção em que cresce o total de salários, dada a constância a longo prazo da taxa de salários.

Estas são as tendências do modelo em equilíbrio. O desequilíbrio ou a crise ocorrem exatamente quando estas tendências sofrem alguma alteração; quando, por exemplo, devido a fatores de ordem econômica ou de ordem política, o índice de crescimento da taxa de produtividade cai ou a taxa de salários se eleva. Nesse momento, a desaceleração da economia somar-se-á uma redução relativa ou absoluta na taxa de excedente e na taxa de concentração da renda. Será um sinal certo de que o modelo, tanto no plano econômico como no plano político, passará por grandes dificuldades e crises.

Relação entre Ordenados e Lucros

Finalmente, no que diz respeito à distribuição da renda, devemos verificar a relação entre ordenados e lucros. Pela análise anterior, ficou claro que esta relação, $\frac{O}{R}$, tende a ser ligeiramente crescente, à medida

que a taxa de crescimento dos ordenados tende a ser maior do que a taxa de crescimento da renda, enquanto que a taxa de crescimento dos lucros tende a ser igual à taxa de crescimento da renda e do capital, dada a constância da relação produto-capital:

$$\frac{\Delta O}{O} > \frac{\Delta Y}{Y}$$

$$\frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta Y}{Y} \quad (22)$$

Logo,

$\frac{O}{R}$

Esta tendência corresponde não apenas ao crescente poder de barganha dos tecnoburocratas no sistema e à transformação crescente dos capitalistas em capitalistas inativos, recebedores de juros e aluguéis, mas também é coerente com o modelo baseado fundamentalmente na produção de bens de consumo de luxo. Os consumidores de bens de consumo de luxo por excelência são os tecnoburocratas, conforme podemos ver pela Matriz 1a. A dinâmica desse tipo de modelo, portanto, favorece o aumento da participação na renda dos tecnoburocratas.

Durante a fase de prosperidade do ciclo econômico, a taxa de lucros tende a crescer, em prejuízo dos ordenados. Os limites desta tendência, todavia, fazem logo se sentir na forma de uma debilidade da demanda de bens de consumo de luxo, que obriga o restabelecimento do equilíbrio do sistema.

Não podemos, portanto, aceitar a afirmação de Celso Furtado, em seu último e notável livro *O Mito do Desenvolvimento*, de que “os aumentos de produtividade criados por economias internas ou externas tendem a beneficiar exclusivamente os proprietários do capital e, dada a estrutura dos mercados, nada os pressionará a transferir os frutos do aumento da produtividade aos consumidores, a minoria modernizada. Por outro lado, aumentar a taxa salarial...” (1974, p. 100). Esta afirmação é contraditória com toda a análise que o próprio Furtado desenvolve neste e em seu livro anterior, *Análise do Modelo Brasileiro*. Nessa passagem, Furtado volta ao modelo clássico de opor simplesmente lucros e salários, ignorando os ordenados. Com isto sua análise não mantém coerência com passagens anteriores em que fala sobre o “aumento relativo do número de privilegiados nos países periféricos” (1974, p. 74). Além disso, fica sem sentido toda a estratégia de “desenvolvimento” adotada pelos países periféricos de reproduzir, para uma minoria, os padrões de consumo dos países centrais.

A não ser que queiramos restringir a minoria aos capitalistas. Mas esta hipótese também não é aceitável, já que toda a dinâmica do sistema está baseada na acumulação das grandes empresas estrangeiras e das grandes empresas públicas. Ora, nas primeiras, os capitalistas não estão presentes no país, e nas últimas não existem por definição. Restam apenas os capitalistas das empresas nacionais, mas o seu consumo obviamente

não seria suficiente para dinamizar o sistema. Não podemos, portanto, explicar a dinâmica de um modelo baseado na reprodução, por uma minoria, dos padrões de consumo do centro, sem recorrer à crescente classe média que recebe ordenados nas grandes empresas estrangeiras e nacionais, públicas e privadas, no Governo e nas pequenas e médias empresas de serviços técnicos.

Poder-se-ia argumentar, todavia, que não seria necessário fazer a hipótese de que a participação dos lucros na renda é estável, enquanto que a dos ordenados seria crescente. Poderíamos imaginar uma participação crescente de lucros e ordenados na renda, reduzindo-se a participação dos salários. Nas fases de prosperidade, realmente é isto que ocorre. O sistema, porém, mantém seu caráter cíclico e, nas fases de recessão, os lucros caem muito mais do que os ordenados. Por outro lado, para que a participação dos lucros na renda crescesse consistentemente, seria necessário que as margens de lucros crescessem também indefinidamente. Ora, esta hipótese não é aceitável nem lógica nem historicamente. O máximo que poderíamos admitir é que, em certas fases históricas, dado o crescimento do grau de monopólio, as margens de lucro, a participação dos lucros na renda, podem crescer. Esta, porém, não parece ser uma característica da fase histórica dos países periféricos que estamos tentando reduzir a um modelo através desta análise.

Não estará, todavia, excluído um aumento da participação dos lucros na renda no momento em que a economia, encontrando limites nesse tipo de crescimento baseados nos bens de consumo duráveis, se volte para a produção de bens de capital. Desde que seja o capital privado, e não o público, que se dedique à produção de bens de capital, esse movimento será compatível com um aumento das margens de lucro, da taxa de poupança e da participação dos lucros na renda. Nestas condições, que representam uma importante modificação no modelo, a participação dos ordenados na renda poderia estagnar-se, enquanto que cresceria a participação dos lucros. O único obstáculo a este tipo de nova situação seria o poder de barganha dos tecnoburocratas.